

OS LEIGOS NAS DIRETRIZES GERAIS DA IGREJA NO BRASIL

*Prof. Me. Fernando Rodrigues Francisco**
*Prof. Dr. Maurilio Alves Rodrigues**

RESUMO

Desde a criação do Plano de Emergência em 1962, às vésperas do Concílio Vaticano II, a Igreja no Brasil tem trabalhado para preparar padres, religiosos e leigos para a renovação da própria Igreja. Com as novidades trazidas pelos documentos do Vaticano II e pelas conclusões das Assembleias das Conferências Episcopais Latino-Americanas, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se abre para uma inserção mais significativa dos leigos na vida e na missão da Igreja. Esta participação ativa dos leigos se fará presente em todos os documentos de ação pastoral da Igreja, passando pelos Planos da Pastoral de Conjunto, chegando até

ABSTRACT

Since the creation of the Emergency Plan in 1962, on the eve of the Vatican Council II, the Church in Brazil has been working to prepare priests, religious and laity for the renewal of the Church itself. With the innovations brought by the documents of the Vatican II and the conclusions of the Latin American Bishops Conference, the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB) opens to a more significant inclusion of the laity in the life and mission of the Church. This active participation of the laity will be present in all documents of the Church's pastoral action, through the Pastoral Plans Set, reaching the

* Sacerdote da Diocese de Lins - SP. Possui graduação em Comunicação Social, graduação em Filosofia, graduação em Teologia, diplomado em Comunicação pela Université de Paris II (França), mestrado em Comunicação pela Université Catholique de Louvain (Bélgica), mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da área de Teologia Pastoral da Faculdade João Paulo II, de Marília-SP.

** Sacerdote da Diocese de Assis - SP. Possui graduação em Filosofia, graduação em Teologia, mestrado em História pela UNESP (Assis-SP), mestrado em Teologia pela Université Catholique de Louvain (Bélgica) e doutorado em Ciências Religiosas pela École Pratique des Hautes Études – Sorbonne (França). Professor da área de História da Igreja Moderna e Contemporânea e Diretor da Faculdade João Paulo II, de Marília-SP.

as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

Palavras-chave: *Leigo, Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, CNBB, Igreja, Brasil.*

General Guidelines of the Evangelizer Action of the Church in Brazil.

Keywords: *Laitly, General Guidelines of the Evangelizer Action, CNBB, Church, Brazil.*

INTRODUÇÃO

A tarefa de elaboração da primeira experiência de planejamento pastoral conjunto aconteceu na Igreja do Brasil com o apoio do núncio apostólico de então, Dom Armando Lombardi, do presidente da CNBB, cardeal Dom Jaime de Barros Câmara e o Secretário Geral da CNBB, Dom Hélder Câmara. Trata-se do 'Plano de Emergência', aprovado na 5ª assembleia geral da CNBB, em 1962.

Três pontos principais se destacaram neste primeiro plano: a necessidade de uma ação conjunta, o desenvolvimento da ação dos leigos e a transformação do espírito do ensino católico.¹ Os resultados não tardaram: organizaram-se as primeiras sete conferências episcopais regionais para facilitar a pastoral de conjunto, das quais nasceram planos regionais mais concretos, a partir das orientações gerais.

Dom Hélder Câmara traduz bem o otimismo representado no documento fundante de um processo novo na vida eclesial brasileira:

O Plano de Emergência nos prepara para as reformas que hão de vir como consequência do Vaticano II. E os bispos do Brasil tem confiança de partir para Roma, deixando o Plano em marcha, entregue aos nossos padres, religiosos e leigos.²

Em 2004 foi lançado uma nova edição do 'Plano de Emergência' cujo título foi: Plano de Emergência para a Igreja no Brasil. Este documento foi publicado na série 'azul' dos Documentos da CNBB – n. 76, com a intenção de levar ao conhecimento das novas gerações de agentes da evangelização

¹ Cf. CNBB. Plano de Emergência. Rio de Janeiro, 1962.

² In: Boletim da ACB. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 6/7, 1962, p. 4.

e da pastoral este texto sempre citado, quando se fala da história do planejamento pastoral e da vida da CNBB, mas de difícil acesso.³

Em seguida, foi lançado uma nova edição do Plano de Pastoral de Conjunto – 1966-1970, também na série Documentos da CNBB – n. 77. O então Secretário Geral da CNBB e bispo auxiliar de São Paulo, Dom Odilo Pedro Scherer, escreve na apresentação da edição de 2004:

Em 1962, ainda antes do início do Concílio Vaticano II, a CNBB lançava o Plano de Emergência para preparar a Igreja para uma profunda renovação. Teve seu foco na paróquia e no exercício do ministério sacerdotal, mas também estava orientado para as escolas católicas e para a realidade socioeconômica. A força motivadora desta primeira tentativa de pastoral de conjunto foi muito grande.⁴

Ainda na apresentação da edição de 2004, Dom Odilo nos lembra do esforço da CNBB em colocar logo em prática as novidades trazidas do Vaticano II:

Para colocar em prática as ricas orientações do Concílio Vaticano II, a CNBB lançou, em 1966, o Plano de Pastoral de Conjunto – 1966-1970. Foi elaborado durante a VII Assembleia Geral Extraordinária da Conferência, ainda em Roma, durante os três meses da última sessão conciliar. A proposta deste Plano era que a Igreja no Brasil se ajustasse rápida e plenamente à imagem da Igreja do Concílio Vaticano II.⁵

1. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS PLANOS PASTORAIS E DA PARTICIPAÇÃO DOS LEIGOS NA IGREJA

Estava inaugurada uma nova fase na definição das estratégias de ação da Igreja no país: os Planos de Pastoral de Conjunto (PPC). O objetivo geral

³ Cf. CNBB. Plano de Emergência para a Igreja no Brasil, n. 76. Paulinas: São Paulo, 2004, p. 7.

⁴ CNBB. Plano de Pastoral de Conjunto. 1966-1970. Doc. 77. Paulinas: São Paulo, 2004, p. 5.

⁵ Id., p. 5.

era “levar todos os homens à comunhão de vida com o Pai e entre si, por Cristo, no dom do Espírito Santo, pela mediação visível da Igreja”.⁶

O objetivo geral deixava perceber, claramente, a concepção conciliar da Igreja como ministério de comunhão trinitária. As seis linhas de trabalho eram promover:

- Unidade visível da Igreja Católica;
- Ação missionária;
- Ação catequética, aprofundamento doutrinal, reflexão teológica;
- Ação litúrgica;
- Ação ecumênica;
- Ação da Igreja no mundo.⁷

Na mesma direção, seguiram-se os Planos Bienais dos organismos nacionais, de 1971 a 1991. Nota-se que a partir de 1975, o episcopado brasileiro renovará, a cada quatro anos, os seus Planos de Pastoral que passarão a ser chamados de Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil.

Em 1995, a terminologia Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil também foi substituída por Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil permanecendo assim até os dias atuais.

Estudando este início de renovação pastoral no Brasil e em outros países, François Houtart e Walter Goddijn explicitam que desde o princípio foi percebida a necessidade de se estabelecer um processo participativo de planejamento. Eles dizem:

Assim como uma das exigências fundamentais do desenvolvimento e da organização comunitárias é associar pessoas desde a base até todas as etapas do trabalho; também o clero e os leigos que não estiverem envolvidos na preparação de uma

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

pastoral renovada terão poucas chances de se integrarem espontaneamente na sua execução.⁸

Estes dois autores citam, no mesmo artigo, exemplos de esforços empreendidos pelos bispos para se adaptarem à esta mentalidade pastoral. No Brasil, os cursos de reciclagem para o episcopado começaram no nordeste e se espalharam pelo país. Uma colaboração fundamental neste trabalho foi dada pelo Movimento por um Mundo Melhor (MMM). Bispos, padres, religiosos e leigos – inclusive os da Ação Católica (AC) – de todos os regionais passaram por este *aggiornamento*, resultando daí uma base sólida de agentes de renovação pastoral.⁹

Tal empenho era imperioso, pois os conflitos internos ameaçavam a continuidade da marcha de renovação da Igreja brasileira. Se os grupos leigos se lançavam facilmente num engajamento político-social em nome da fé, as reticências de grande parte da hierarquia se faziam notar. Eis uma posição iluminadora de Schillebeeckx sobre esta questão:

E, no clero, isso exigirá uma evolução das mentalidades (...). A nova situação ainda não foi suficientemente integrada na reflexão teológica. Nestas condições, não é de se assustar se tal ou tal leigo, consciente de que ele possui um lugar na Igreja, as vezes passa a se comportar como o sucessor, se não de Pedro, ao menos do fogoso Paulo.¹⁰

Porém, um clima de perplexidade e mesmo de pessimismo se descortinava mais ou menos de maneira geral, no final da década de 1960, como evidencia o padre José Oscar Beozzo.¹¹ Este espírito revolucionário foi brutalmente truncado, sobretudo pela utilização do poderio militar, estabelecendo regimes autoritários em vários países. O Brasil era governado com braço de ferro após o golpe militar de 1964, o exército da Bolívia liquidara Che Guevara e seu grupo em 1967, outro golpe militar acontecia no Uruguai em 1968. Os grupos libertários destes países, entre outros,

⁸ HOUTART, F.; GODDIJN, W. Pastorale d'ensemble et plans de Pastorale. In: *Concilium*. Paris: Beauchesne, n. 3, 1965, p. 42. (tradução nossa)

⁹ Id., p. 40.

¹⁰ SCHILLEBEECKX, E. *La mission de l'Église*. Bruxelas: CEP, 1969, p. 117.

¹¹ Cf. BEOZZO, J. O. Medellín: Vinte Anos Depois (1968-1988). In: *REB*. Petrópolis: Vozes, v. 48, n. 192, p. 771-805, [dez.] 1988.

viram suas esperanças revolucionárias serem sepultadas pela estabilização da sociedade tradicional.

Num segundo momento, o episcopado quis aprofundar os fundamentos teológicos da ação laical considerando os leigos como participantes de direito à tríplice missão de Cristo e da Igreja: profética, sacerdotal e real. É a mesma teologia expressa nos documentos do Vaticano II, ilustrada por textos da *Lumen Gentium* e da *Gaudium et Spes*. Citam ainda a *Populorum Progressio*, no seu n. 81, para justificar a legitimidade da liberdade de iniciativa dos leigos no exercício de sua missão. Tal aspecto atingirá sua plena maturação no documento de Santo Domingo (1992), quando será oficialmente definido o protagonismo dos leigos.¹²

Num terceiro momento, a Conferência de Medellín (1968) convida os leigos a assumirem uma presença ativa nas estruturas de decisão da sociedade, a fim de influenciarem no processo de libertação e humanização. Apóia, também, sua inserção nos movimentos e organismos que trabalham pela justiça social e pela diminuição do desequilíbrio entre os povos.

É interessante notar que é feito um apelo à proteção dos militantes em perigo. Nestes anos difíceis, muitos leigos fiéis à visão crítica que adquiriram e ao idealismo que os animava, foram perseguidos, encarcerados, torturados, assassinados. Alguns dos agentes mais empenhados deixaram a Igreja; desanimados com o retrocesso ou hesitação de parte da hierarquia, foram buscar nas guerrilhas e agremiações políticas de esquerda o compromisso de luta radical contra as diversas formas de opressão.

Interessado em promover a vivência da fé encarnada na realidade, o episcopado questiona a metodologia das associações de leigos que não correspondem às necessidades do homem contemporâneo. Ao mesmo tempo, aponta o caminho de uma espiritualidade laical que exprima a síntese de uma dupla doação: a Deus e aos homens.¹³

Sabemos que o aprofundamento do eixo fé-realidade não passava ao largo de tensões e conflitos com setores da sociedade e também da Igreja. Um leigo delegado do Brasil em Medellín, na qualidade de presidente da AC Operária, presta um depoimento significativo:

¹² Cf. DOCUMENTO DE SANTO DOMINGO. N. 97. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 121.

¹³ Cf. DOCUMENTO DE MEDELLÍN. n. 10. São Paulo: Paulinas, 1979, p. 104.

Nas comunidades diocesanas, houve um certo choque pela ênfase dada à exigência de unidade entre fé e vida, e as suas consequências práticas. Teve-se a impressão que a Igreja assumiu o social, em vez de cuidar do sagrado exclusivamente, como estava acostumado o povo católico.¹⁴

O ex-arcebispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires, expressa bem a ótica de grande parte dos bispos presentes à conferência, ao apontar como um dos pontos mais significativos de Medellín:

A consciência de que, como pastores, deveríamos olhar primeiro que tudo para as necessidades do povo latino-americano e para as possíveis soluções a serem apontadas. Depois é que deveríamos olhar para Roma e verificar se o que pareceu bom para o povo entrava ou não em conflito com as orientações da Cúria Romana.¹⁵

Tal pronunciamento denota uma visão teológica que nasce de um encontro com Cristo pobre presente nos pobres. É a contramão do caminho teológico-pastoral tradicional. Clodovis e Leonardo Boff colheram bem esta nova ótica, quando escrevem:

Toda verdadeira teologia nasce de uma espiritualidade, isto é, de um encontro forte com Deus dentro da história. A Teologia da Libertação encontrou seu ponto de ancoragem na confrontação da fé com a injustiça perpetrada contra os pobres. O pobre ao qual nos referimos aqui é um sujeito coletivo, são as classes populares que abarcam muito mais que o proletariado estudado por Karl Marx.¹⁶

A partir desta realidade alguns teólogos latino-americanos acabam assumindo o trabalho de articular o discurso da ação, que se apresentava como uma luz nova que se projetava sobre o discurso teológico tradicional. Uma linha comum caracterizava o compromisso de teólogos, pastores e leigos, conforme nos descrevem os irmãos Boff:

¹⁴ SULIK, T. Depoimento de Tibor Sulik, da Ação Católica Operária. In: *REB*. Petrópolis: Vozes, v. 49, n° 194, p. 410, [jun.] 1989.

¹⁵ BEOZZO, J. O. Medellín. Op. cit., p. 790.

¹⁶ BOFF, L.; BOFF, C. *Cómo hacer teología de la liberación*. Madrid: Paulinas, 1986, p. 12. Tradução nossa.

Assim um teólogo profissional pode abrir grandes perspectivas para a ação. Um teólogo pastor pode ser mais determinado quanto às linhas de atuação. Um teólogo popular está em condições de entrar em um plano de concretização prática bastante preciso.¹⁷

Este novo fenômeno eclesial e cultural passou a se chamar Teologia da Libertação. Um mesmo processo teológico global unia organicamente os três níveis acima citados, sem ruptura, sem exclusivismo, sem dominação cultural.

Vejamos como os mesmos autores nos esclarecem o elemento de coesão destes três planos de reflexão teológico-libertadora:

Uma mesma inspiração de fundo: uma fé transformadora da história ou, em outras palavras, a história concreta pensada a partir do fermento da fé. Isto quer dizer que a Teologia da Libertação de Gustavo Gutiérrez é a mesma que a de um lavrador cristão do nordeste brasileiro.¹⁸

Como vemos, a metodologia desta teologia latino-americana resgata o valor dos leigos seja no agir, seja no pensar, dentro da Igreja e fora dela.

Seguindo o exemplo da natureza, podemos dizer que algo novo estava nascendo de uma difícil gestação. As situações críticas que estavam sendo vividas no país e no continente paradoxalmente eram portadoras de esperança. Os intelectuais conceituavam bem o contexto da época:

A crise não é um sintoma de uma catástrofe iminente, mas o momento em que o homem se questiona radicalmente a si mesmo, seu destino, o mundo cultural que o cerca que é convocado, não a opinar sobre algo, mas a se definir.¹⁹

Mesmo oficialmente é reconhecida a situação de crise, o que não deixa de ser importante para compreendermos os futuros desdobramentos da ação pastoral no Brasil. Sem o reconhecimento dos seus limites, seja quanto à reflexão, seja quanto à ação, a hierarquia não poderia ter extraído as lições

¹⁷ Id., p. 55.

¹⁸ Id., p. 24.

¹⁹ FURTER, P. *Educação e vida*. Petrópolis: Vozes, 1968, p. 35.

possíveis dos conflitos por vezes agudos com os leigos da AC. Reunidos em assembleia, em 1970, os bispos escrevem:

Parece-nos oportuno abrir este Documento Pastoral, trazendo uma palavra sobre a impressão difundida um pouco em todos os ambientes, sublinhada com maior ou menor ênfase pelos meios de comunicação, guardada em silêncio no coração de muitos, experimentada por nós também no dia-a-dia de nossas vidas: a impressão de que a Igreja está em crise (...) ela registra a marcha do homem no tempo e passa também por uma destas transformações profundas, que nem é a primeira nem a última.²⁰

O tema desta XI assembleia do episcopado foi 'Leigos'. Pastores e leigos de todos os regionais do país estiveram dialogando e buscando soluções em vista da superação da tensão existente. Foi uma reunião positiva, que culminou com a resolução de continuarem a reflexão eclesial sobre os leigos para mútuo conhecimento e a instauração de órgãos de diálogo. Estava em vista a criação de um organismo nacional de leigos.²¹

Os leigos demonstraram uma maturidade para o diálogo que certamente era fruto de anos de engajamento pastoral. Um ex-militante da Juventude Universitária Católica (JUC) assim se expressa:

Laicato e hierarquia só devem ser entendidos numa referência mútua, da mesma forma que ambos só tem sentido numa referência à Cristo, à Humanidade toda e mesmo à toda criação.²²

Poucas semanas após esta assembleia, toda equipe nacional da Juventude Operária Católica (JOC) foi encarcerada, juntamente com dois assistentes. Foram torturados e levados diante de um tribunal militar, por crime de subversão. Seguiram-se os assassinatos, que começaram a atingir também o clero. Mesmo se reprimidos e impedidos de ter acesso aos meios de comunicação social, muitos bispos passaram a assumir a linha de frente da ação social, lugar antes ocupado pelos leigos.

²⁰ CNBB. *Documento Pastoral de Brasília*. 1970, p. 1.

²¹ Cf. CNBB. *Leigos na XI Assembleia*. 1970.

²² Id., p. 26.

A partir deste momento veremos todas as diretrizes da CNBB incentivando a formação dos fiéis leigos e a viva consciência de que eles devem ter da sua responsabilidade nas tarefas da missão comum.

Posteriormente foi a vez de Puebla (1979) reconhecer o leigo como agente de comunhão e participação.²³ É bom lembrar que no Brasil continuava em vigor a ditadura militar, que reprimia violentamente a liberdade de expressão. As perseguições se multiplicaram, atingindo leigos, padres, religiosos e bispos.²⁴ Foi neste contexto que, em abril de 1979, a 17ª assembleia da CNBB reuniu-se para adaptar à realidade brasileira as Conclusões de Puebla.²⁵ Leonardo Boff conclui dizendo que Puebla se constitui numa vigorosa reafirmação do caminho da Igreja nos últimos dez anos.²⁶

A CNBB procurou extrair de Puebla as afirmações-chave para continuar a promoção dos leigos. Um exemplo deste gênero encontramos nas diretrizes de 1983-1986 que, partindo dos números 482 e 322, afirmam:

Nesse sentido, percebe-se com clareza sempre maior a importância de se fortalecer mecanismos permanentes de participação, que favoreçam, sobretudo nos leigos, homens e mulheres, a consciência de sua pertença ativa à Igreja e que lhes possibilitem crescer na vivência da comunhão eclesial.²⁷

Os leigos são homens da Igreja no coração do mundo, e homens do mundo no coração da Igreja.²⁸

²³ Cf. DOCUMENTO DE PUEBLA. São Paulo: Paulinas, 1979, p. 281.

²⁴ Um relatório completo destas perseguições se encontra. In: *SEDOC*, n. 121, col. 1161-1188, 1979.

²⁵ Cf. CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*. 1991-1994. Doc. 45. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 8.

²⁶ Cf. BOFF, L. Puebla: Ganhos, Avanços, Questões Emergentes. In: *REB*. Petrópolis: Vozes, v. 39, n. 153, [mar.] 1979, p. 50-52.

²⁷ CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*. Doc. 28, n. 57. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 50.

²⁸ Cf. DOCUMENTO DE PUEBLA. n. 786. Op.cit., p. 283.

2. A ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO PASTORAL DA IGREJA NO BRASIL

Podemos dizer que desde a conferência de Puebla a Igreja mostrou que estava mais madura, no sentido em que suportava as tensões internas e conseguia definir princípios comuns importantes para dar continuidade à caminhada pastoral, aberta à diversidade. A marcha de renovação continuou no Brasil, contribuindo eficazmente no processo de abertura democrática do país.

Alguns anos depois, em 1991, aconteceu na Argentina outro importante evento continental. Tratava-se da XXIII assembleia ordinária do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), na qual o delegado brasileiro, cardeal Aloísio Lorscheider, apresentou um relatório oficial em nome dos bispos do Brasil.

Dentre as colocações feitas pelo cardeal, algumas são de especial relevância para percebermos as prioridades estratégicas da CNBB e o grau de inserção atribuído aos leigos em cada uma delas. Ele mesmo elenca entre as atividades desenvolvidas pela Igreja Católica no país:

- A organização e execução das Campanhas da Fraternidade, abordando temas de muita atualidade na vida nacional: a questão do menor, do negro, da mulher, do trabalho;
- O planejamento pastoral sempre mais participativo desde as CEB's, passando pelas paróquias, dioceses, regionais, até atingir o âmbito nacional.²⁹

No mesmo documento são apontadas algumas tendências observadas na elaboração das diretrizes da ação da Igreja no Brasil:

(...) uma Igreja sempre mais ministerial, em que os cristãos-leigos vão tomando maior consciência de sua identidade e de seu dever apostólico, uma Igreja sempre mais solidária, especialmente com os empobrecidos e marginalizados (...).³⁰

Percebe-se claramente que a abertura política no Brasil é acompanhada no interior da Igreja por uma mudança de postura em relação ao espaço

²⁹ *Comunicado Mensal*. Brasília: [s.n.], n. 450, p. 422s, 1991.

³⁰ *Id.*, p. 427.

concedido pela hierarquia aos leigos, mesmo no processo de elaboração das prioridades e estratégias.

Se durante o período ditatorial, que se instaurou após o golpe militar de 1964, muitas vezes se ouvia a voz da Igreja denunciando as arbitrariedades do regime totalitário, era quase sempre através do clero, principalmente dos bispos.³¹ É certo que em muitos casos eram razões de segurança dos leigos que o exigiam; em São Paulo, é notório o caso do cardeal Paulo Evaristo Arns.

Tal papel proeminente dos pastores trouxe um efeito colateral que inquietava vários setores leigos: a 'episcopalização' da Igreja no Brasil. Em realidade, a voz da Igreja é identificada ainda hoje com a voz da CNBB e o momento decisório por excelência do catolicismo nacional é a assembleia anual dos bispos.

Mesmo se existem o Conselho Nacional dos Leigos (CNL) e o Conselho Nacional de Pastoral (CNP), eles não têm voz deliberativa nas grandes questões discutidas e decididas pelo episcopado. Tal constatação é feita por vários estudiosos, que se interrogam se a causa deste fenômeno seria:

Resquício do papel que foi obrigada a assumir a CNBB e o fez, com maestria, no período da ditadura? Falta de um instrumental mais orgânico como foi a Ação Católica?³²

Mas a reorganização dos partidos e dos sindicatos, a liberdade de imprensa, entre outros, são fatos marcantes que reabriram as portas da participação sócio-política à população. A Igreja deveria redimensionar seu papel na nova ordem social. Ela percebe que este momento de falta de paradigmas fortes oferece novas oportunidades de inclusão de valores evangélicos.

É justamente neste contexto que a Igreja abre os horizontes e percebe uma humanidade mais preparada para a sementeira evangélica. Em dezembro de 1990, o beato João Paulo II escreveu a Carta Encíclica *Redemptoris Missio* para manifestar uma maior solicitude missionária de toda a Igreja. Ele convida todos os católicos a um renovado empenho missionário. Este

³¹ Cf. GOMES DE SOUZA, J.A. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 250.

³² PINHEIRO, J. E. *Evolução do apostolado leigo no Brasil a partir do Concílio Vaticano II*. In: CNBB. *Leigos e participação na Igreja: reflexão sobre a caminhada da Igreja no Brasil*. (Estudos da CNBB, 45). São Paulo: Paulinas, 1986, p. 79.

documento tem uma finalidade interna: “a renovação da fé e da vida cristã”.³³ A Encíclica *Redemptoris Missio* afirma:

A necessidade de que todos os fiéis compartilhem tal responsabilidade não é apenas questão de eficácia apostólica, mas é um dever-direito, fundado sobre a dignidade batismal, pelos quais os fiéis leigos participam, por sua vez, no tríplice ministério – sacerdotal, profético e real – de Jesus Cristo.³⁴

Inicia-se, assim, uma nova fase na história contemporânea da Igreja no Brasil. A redefinição de metas, o questionamento mais intenso da estrutura de governo ainda bastante clerical, a abertura maior às contribuições das ciências sociais, ficaram patentes no texto das diretrizes aprovadas na 29ª assembleia da CNBB, que aconteceu em abril de 1991.

Dentre as ‘mudanças profundas e rápidas’ preconizadas pelo Vaticano II,³⁵ o citado documento 45 da CNBB aponta o individualismo e a emergência da subjetividade, afirmando que:

(...) homem e mulher modernos sentem-se protagonistas de sua realização pessoal, rica de possibilidades, sem a rigidez dos papéis que a sociedade tradicional lhes impunha. Aí podemos encontrar um dos pilares da tradição cristã, que afirma o valor da pessoa humana, da sua liberdade e da sua realidade integral.³⁶

O mesmo documento afirma, ainda:

A valorização da pessoa humana é um ponto central da antropologia cristã, da prática de Jesus e da Tradição eclesial, desde os primeiros séculos até os desenvolvimentos recentes do magistério e da teologia. Ao lado da caridade a favor dos pobres e da prática da justiça, o testemunho evangélico a que o mundo de hoje é mais sensível é o da atenção às pessoas.³⁷

³³ JOÃO PAULO II, Papa. *Redemptoris Missio*: a validade permanente do mandato missionário. São Paulo: Paulinas, 1991.

³⁴ Id., n. 71, p. 113.

³⁵ *Compêndio do Vaticano II*. Constituições, Decretos, Declarações. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1968, GS, n. 206, p. 146.

³⁶ CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*. Doc. 45, n. 118. op.cit. p. 60-61.

³⁷ Id., n. 169-170, p. 76.

Uma das maneiras encontradas para se valorizar a pessoa humana na evangelização foi levar-lhes a mensagem através do contato pessoal. A comunicação direta da mensagem, envolvida num clima de atenção e respeito, opõe-se à desvalorização e massificação do homem moderno.

O relacionamento interpessoal é o início de um caminho a ser percorrido para se estabelecerem os laços da amizade e confiança, que são fundamentais para a inserção na vida comunitária.

As diretrizes de 1991 apontam o acolhimento às pessoas como caminho para evangelizar o homem de hoje. Para isso, indicam algumas medidas que podem ser postas em prática:

(...) ministério da acolhida, visitas às famílias que chegam, visitas domiciliares nos momentos marcados pela alegria ou pela tristeza; postura acolhedora, alegre, disponível e bem humorada por parte dos presbíteros e demais agentes de pastoral.³⁸

Também o documento de Santo Domingo, demonstrando séria preocupação com a crescente deserção dos católicos, sugere a visita domiciliar como um meio eficaz para trazê-los de volta. A Igreja, pastores e fiéis, sem descuidar dos que estão mais próximos, deve sair ao encontro dos que estão afastados.³⁹

A indiferença religiosa é um desafio emergente à ação da Igreja. Assim afirma o documento 45:

As pesquisas recentes indicam que, nas grandes cidades, 8% a 9% das pessoas, sobretudo homens abaixo de 60 anos, declaram-se desligados de qualquer religião. Além disso, há uma porcentagem elevada de católicos (cerca de 2/3) que tem uma prática religiosa rara ou nula. É este, certamente, o maior desafio para a ação evangelizadora da Igreja.⁴⁰

Estes dados são valiosos quando entendemos que a Igreja percebeu, há mais de 20 anos, a rápida mudança do homem moderno. Muito se escreveu sobre a sociedade e sua secularização. Veremos, logo adiante,

³⁸ Id., n. 177, p. 77-78.

³⁹ Cf. DOCUMENTO DE SANTO DOMINGO, n. 131, op.cit., p. 137.

⁴⁰ CNBB. Doc. 45, n. 142, op.cit., p. 68.

outras diretrizes da Igreja que também denunciaram os desafios do mundo atual e apontaram caminhos. Porém, na prática, percebe-se um declínio de engajamento e liderança da parte do leigo. Parece que houve um esfriamento dos grandes ideais, um desencantamento do mundo, uma perda das grandes narrativas, um descontentamento com as instituições. A Igreja, mais tarde, vai redescobrir e valorizar o leigo.

Desde aquele momento, a Igreja se deu conta de que há muitas pessoas que se tornam indiferentes pela mudança de ambiente, fato que acarreta dificuldades à prática religiosa. Isso acontece, sobretudo, com aqueles que deixaram o meio rural e migraram para as periferias das grandes cidades.

Numerosos também são aqueles que se encontram indiferentes devido à falta de iniciação cristã e de uma ligação estável e consciente com os sacramentos e com a instituição eclesial. Afirmam os bispos:

Sua espiritualidade era alimentada apenas pela devoção aos santos, transmitida de geração em geração no ambiente rural ou nas famílias mas, desde o século passado, pouco assistido pastoralmente por um clero escasso e mal distribuído. Tais pessoas não se identificam mais com suas devoções antigas, nem aderiram à nova situação da Igreja.⁴¹

Para tais casos propõe o querigma, primeiro anúncio de Jesus Cristo, feito de modo simples, mas caloroso e envolvente.

3. OS FIÉIS LEIGOS NAS DIRETRIZES GERAIS DA CNBB

Como vimos anteriormente, as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil passam a ser chamadas de Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. O documento 54 da CNBB foi aprovado por unanimidade pela 33ª assembleia geral da CNBB, em maio de 1995.

As diretrizes do quadriênio 1995-1998 trazem como novidade a Ação Evangelizadora da Igreja:

Conforme a *Redemptoris Missio*, a ação evangelizadora refere-se aos grupos de batizados que perderam o sentido vivo da fé, conduzindo a vida distante de Cristo e do seu Evangelho. A ação pastoral

⁴¹ Id., n. 144-146, p. 68-69.

é a que se destina às comunidades cristãs que possuem sólidas e adequadas estruturas eclesiais, são fermento de fé e de vida, com testemunho do Evangelho e compromisso com a missão universal.⁴²

Este documento tem como objetivo combater três grandes desafios: o secularismo, o 'devastador e humilhante flagelo' da situação de pobreza e o pluralismo religioso, que exige o diálogo e o anúncio missionário.⁴³

A Igreja se mostra verdadeiramente preocupada com a evangelização dos povos e oferece algumas orientações práticas. Insiste no princípio da inculturação e propõem quatro itens como exigências intrínsecas da evangelização: serviço, diálogo, anúncio, testemunho de comunhão.⁴⁴

No ano anterior, em 1994, o beato João Paulo II escreveu sua Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente* convidando os católicos a se prepararem para o grande Jubileu do ano 2000.⁴⁵ As diretrizes de 1995-1998 foram na linha da evangelização anunciada pelo papa nesta carta apostólica. Tais diretrizes, portanto, nos lembram que para celebrar dignamente o Jubileu do ano 2000 os cristãos deveriam estar abertos a:

- uma nova tomada de consciência da missão que Cristo confiou à Igreja: a *evangelização*;
- uma nova experiência de *conversão* e penitência, pedindo perdão pelos pecados dos cristãos na sua história e nas injustiças do presente;
- uma nova busca de *santidade*, através da identificação com Cristo, a comunhão mais profunda com a Trindade, a prática das virtudes evangélicas.⁴⁶

O Magistério da Igreja pede uma renovação dos ministérios, a formação de Conselhos Diocesanos de Leigos e a sua articulação com os conselhos

⁴² CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. 1995-1998. Doc. 54. São Paulo: Paulinas, 1995, p. 7.

⁴³ Cf. Id., p. 8.

⁴⁴ Cf. Id., p. 9.

⁴⁵ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. *Tertio Millennio Adveniente*: sobre a preparação para o ano 2000. São Paulo: Paulinas, 1994.

⁴⁶ CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. Doc. 54, n. 3, op.cit., p. 13.

regionais e nacionais.⁴⁷ É um momento bastante importante para o fortalecimento da organização do laicato. Formação e espiritualidade são os elementos-chave para trazer novamente o leigo ao centro na Igreja. Uma vez preparados, os leigos são chamados a buscarem os afastados, os católicos não praticantes, aqueles que foram excluídos da sociedade:

A participação dos leigos na Missão é fundamental e necessária não só porque são eles que podem penetrar no tecido humano das várias esferas da sociedade moderna (economia, política, ciência e técnica, cultura, meio de comunicação...), mas, sobretudo, porque, por força da graça batismal, estão plenamente habilitados ao exercício da fé na vida.⁴⁸

A questão dos ministérios dentro da Igreja, do protagonismo dos leigos no seio da sociedade moderna e da graça batismal são aspectos da teologia do laicato fortemente retomados no discurso na Igreja, de forma especial nestas diretrizes de 1995-1998.

Uma nova exortação apostólica pós-sinodal, *Ecclesia in America*,⁴⁹ publicada em 1999, insiste no convite para que todos os católicos chegassem dignamente ao Ano Jubilar. No Brasil, o Ano Jubilar coincide com os 500 anos da chegada dos primeiros evangelizadores à nossa terra.⁵⁰

Motivados pelas riquezas dos últimos documentos pontifícios, a 37ª assembleia geral da CNBB atualiza suas diretrizes para o próximo quadriênio 1999-2002.⁵¹ Estas diretrizes trazem como novidade um olhar mais apurado para o Brasil, levando em conta sua própria experiência pastoral e a realidade social.⁵²

A Igreja pede ajuda aos leigos para que deem novas respostas pastorais às mudanças socioculturais dos últimos anos no Brasil. Os leigos são encorajados a desempenharem cargos de dirigentes na sociedade e

⁴⁷ Cf. Id., n. 300, p. 160.

⁴⁸ Id., n. 304, p. 161-162.

⁴⁹ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. *Ecclesia in America*: sobre o encontro com Jesus Cristo vivo, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América. São Paulo: Paulinas, 1999.

⁵⁰ Cf. CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*. 1999-2002. Doc. 61, n. 4. São Paulo: Paulinas, 1999, p. 12.

⁵¹ Cf. Id., p. 7.

⁵² Cf. Ibidem.

ali serem 'fermentos' na massa. São igualmente convidados a contribuir dentro da Igreja, com seus talentos e carismas na construção da comunidade eclesial, como ministros da Palavra, catequistas, visitantes de enfermos ou de encarcerados, animadores de grupos.⁵³

O documento 61 conclui:

A Nova Evangelização, como sabemos, precisa ser nova em seu ardor, em seus métodos e em sua expressão. A complexidade e a mobilidade da sociedade atual impõem-nos esforço redobrado de compreensão das aspirações dos homens e mulheres de hoje e um empenho generoso e firme do anúncio da boa nova evangélica. Essa preocupação anima nossas Diretrizes e apresenta-se a nós como um grande desafio.⁵⁴

Também em 1999, a CNBB lança um documento especialmente preparado para os leigos. O objetivo do documento 62, sobre a Missão e Ministérios dos cristãos leigos e leigas, é comemorar os dez anos da *Christifideles Laici*⁵⁵ e contribuir para:

1. um claro reconhecimento da dignidade dos leigos na Igreja, retomando as fortes expressões do capítulo primeiro da *Christifideles Laici* (...) e avivando a consciência, ainda adormecida, dos muitos católicos praticantes ou tradicionais, que interpretam apenas passivamente sua pertença à Igreja (...);
2. uma explicitação da eclesiologia conciliar, como base segura para entender e harmonizar as diferentes formas de apostolado leigo e a relação entre ministérios confiados aos leigos, em virtude do seu Batismo, e ministérios conferidos pelo sacramento da Ordem;
3. um esclarecimento das dúvidas particulares (...) que a multiplicidade das experiências, a mudança do contexto sociocultural e a própria novidade dos desafios emergentes

⁵³ Cf. Id., n. 312, p. 181.

⁵⁴ Id., n. 352, p. 197.

⁵⁵ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. *Christifideles Laici*: sobre vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo. (Documentos Pontifícios; v. 225). Petrópolis: Vozes, 1989.

trouxeram ao laicato católico e aos pastores no Brasil assim como ao conjunto da Igreja e do episcopado.⁵⁶

O documento 62 conclui dizendo que a Igreja quer ingressar no terceiro milênio da história cristã contanto com a ajuda dos leigos que descobriram sua missão e seu ministério 'intra-ecclesial' e no mundo.

Em maio de 2003, os bispos reunidos na 41ª assembleia geral atualizaram as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para os anos 2003-2006. O objetivo geral das diretrizes é:

Evangelizar proclamando a Boa-Nova de Jesus Cristo, caminho para a santidade, por meio do serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão, à luz da evangélica opção pelos pobres, promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade, formando o povo de Deus e participando da construção de uma sociedade justa e solidária, a caminho do Reino definitivo.⁵⁷

As novas diretrizes estão numa linha de continuidade com as precedentes. Portanto, 'evangelizar' continua sendo a palavra-chave. Estas diretrizes, mais do que novas estruturas sugerem um novo espírito, um novo ardor, um novo impulso ao processo evangelizador de nossa Igreja.⁵⁸

Mais uma vez os leigos são chamados a assumirem com responsabilidade a sua missão na Igreja. Para que isso realmente aconteça, o documento pede que as dioceses ofereçam uma verdadeira formação cristã, sem a qual dificilmente (os leigos) poderão participar, consciente e responsavelmente, na comunidade.⁵⁹ A Igreja quer:

Fazer com que todos os fiéis, homens e mulheres, diretamente ou por meio de representantes eleitos, participem quanto possível não só da execução, mas também do planejamento e das decisões relativas à vida eclesial e à ação pastoral, bem

⁵⁶ CNBB. *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*. Doc. 62. São Paulo: Paulinas, 1999, p. 10-11.

⁵⁷ CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. 2003-2006. Doc. 71. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 5.

⁵⁸ Cf. Id., n. 206, p. 119.

⁵⁹ Cf. Id., n. 105e, p. 66-67.

como da avaliação; para isso promovam-se, periodicamente, assembleias e sínodos do povo de Deus (...).⁶⁰

Durante os últimos anos a insistência do protagonismo dos leigos na ação evangelizadora da Igreja no Brasil foi tamanha que, durante a V conferência em Aparecida,⁶¹ de 2007, tal temática alcançou um destaque importante dentro do CELAM. Todos são convidados a serem discípulos-missionários; nesta tarefa os leigos ocupam um espaço privilegiado. O documento de Aparecida (DA) valoriza o papel do clero e do leigo dentro e fora da Igreja. Ele valoriza o trabalho conjunto já existente em várias comunidades, originado entre clero e leigos.⁶²

O DA apresenta, na sua primeira parte, um olhar sobre as mudanças sociais e a realidade latino-americana e caribenha. O teólogo leigo Cezar Kuzma elenca uma série de pontos pertinentes à realidade do mundo atual levantado pelo DA:

(...) a globalização, a ciência e a tecnologia, o aumento da mídia e da capacidade de comunicação, transformações sociopolíticas, situação econômica, crise de sentido, crise de valores, questão ecológica e biodiversidade, dignidade humana integral, questão ética, homogeneização das culturas locais, a situação dos povos indígenas e afro-americanos, a situação da pobreza com seus novos rostos etc.⁶³

Este documento deixa evidente a importância do fiel leigo na estrutura da Igreja porque ele também 'é' Igreja, e não um agregado. O papa Bento XVI, no dia 13 de maio de 2007, faz o discurso inaugural dos trabalhos da V conferência geral do episcopado da América Latina e do Caribe. Dentre os inúmeros pontos levantados, o papa faz o seguinte pronunciamento em relação aos leigos:

Nesta hora em que a Igreja deste Continente se entrega plenamente à sua vocação missionária, lembro aos leigos que são também Igreja, assembleia convocada por Cristo para levar

⁶⁰ Id., n. 105d, p. 66.

⁶¹ Cf. DOCUMENTO DE APARECIDA. São Paulo: Paulinas, 2007.

⁶² Cf. Id., n. 99c, p. 52-53.

⁶³ KUZMA, C. *Leigos e leigas: força e esperança da Igreja no mundo*. São Paulo: Paulus, 2009, p. 84.

seu testemunho ao mundo inteiro. Todos os homens e mulheres batizados devem tomar consciência de que foram configurados com Cristo Sacerdote, Profeta e Pastor, através do sacerdócio comum do Povo de Deus. Devem sentir-se corresponsáveis na construção da sociedade segundo os critérios do Evangelho, com entusiasmo e audácia, em comunhão com os seus Pastores.⁶⁴

É exatamente neste espírito da conferência de Aparecida que são atualizadas as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 2008-2010. Tais diretrizes deveriam ter sido publicadas, segundo a sequência do calendário, na assembleia dos bispos de 2007.

Tendo em vista, porém, a realização da V Conferência Geral dos Bispos da América Latina e do Caribe, em maio de 2007, a definição das Diretrizes foi protelada por um ano, exatamente para incorporar as contribuições de Aparecida.⁶⁵

Sendo assim, duas grandes vertentes foram unidas: a tradição da pastoral orgânica do Brasil, com suas diretrizes gerais, e o DA, com suas novas luzes, adaptado para a realidade da América Latina. Fica claro o entusiasmo das diretrizes de 2008-2010 no que diz respeito à graça de ser discípulo-missionário pelo encontro pessoal com Cristo. Eis o objetivo geral:

Evangelizar, a partir do encontro com Jesus Cristo, como discípulos missionários, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade, participando da construção de uma sociedade justa e solidária, 'para que tenham Vida e a tenham em abundância' (Jo 10,10).⁶⁶

O documento 87 da CNBB quer despertar a alegria e o sentido da missão de evangelizar para aqueles que tiveram um encontro pessoal com Jesus Cristo. Assim, seguindo o espírito de Aparecida, antes de qualquer ação é preciso ter antes o encontro com o Cristo. É preciso amá-lo para poder difundi-lo. Não é possível falar daquilo que não se conhece. Por isso,

⁶⁴ Id., p. 282.

⁶⁵ CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. 2008-2010. Doc. 87. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 9.

⁶⁶ Id., p. 7.

o ponto de partida para uma nova evangelização passa a ser o encontro entre Deus e o homem, entre o homem e Deus.

Essa evangelização é tarefa de todos os fiéis, chamados em virtude de seu Batismo a serem discípulos missionários de Jesus Cristo. De modo especial o laicato, devidamente formado, deve atuar como verdadeiro sujeito eclesial (...) Ela não se limita a um programa ou projeto, mas é compartilhar a experiência do acontecimento do encontro com Cristo, testemunhá-lo e anunciá-lo de pessoa a pessoa, tornando visível o amor misericordioso do Pai, especialmente para com os pobres e pecadores.⁶⁷

As diretrizes de 2008-2010 afirmam que o desempenho da missão evangelizadora depende de uma profunda vivência de fé⁶⁸ que nos levará a uma conversão pessoal. Tal atitude também deverá exigir uma conversão pastoral, que implica escuta e fidelidade ao Espírito, impelindo-nos à missão e sensibilidade às mudanças socioculturais, animada por uma espiritualidade de comunhão e participação.⁶⁹

Aos fiéis leigos as diretrizes deixam claro que devem ser oferecidas inúmeras oportunidades de formação bíblico-teológica⁷⁰ e de espiritualidade missionária.⁷¹ No processo de formação do discípulo missionário aparecem cinco aspectos fundamentais: o encontro com Jesus Cristo; a conversão; o discipulado; a comunhão e a missão.⁷² Eis a lógica do DA que foi agregada às diretrizes gerais.

Em maio de 2010, durante a 49ª assembleia geral dos bispos reunidos em Aparecida, foram aprovadas as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para os anos de 2011-2015. As novas diretrizes gerais insistem na atividade missionária da Igreja no Brasil, escutando os sinais dos tempos e os desafios que eles manifestam.⁷³ Elas querem ser uma resposta

⁶⁷ Id., n. 7, p. 16-17.

⁶⁸ Cf. Id., n. 8, p. 17.

⁶⁹ Cf. *Ibidem*.

⁷⁰ Cf. Id., n. 65, p. 57.

⁷¹ Cf. Id., n. 100, p. 82.

⁷² Cf. Id., n. 92, p. 76-77.

⁷³ Cf. CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. 2011-2015. Doc. 94. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 9.

aos desafios do nosso tempo que levam o ser humano a se afastar dos valores do Reino de Deus.

O documento 94 da CNBB pede para que não tenhamos medo dos desafios que nos assustam, mas que tenhamos sempre confiança no Crucificado-Ressuscitado que tudo venceu. Neste espírito de abandono no Cristo, as diretrizes gerais nos apontam cinco urgências a serem concretizadas nos planejamentos das Igrejas particulares. As cinco urgências são: “Igreja em estado permanente de missão; Igreja: casa da iniciação à vida cristã; Igreja: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral; Igreja: comunidade de comunidades; Igreja a serviço da vida plena de todos”.⁷⁴

A Igreja retoma o modelo da catequese querigmática dos primeiros séculos de cristianismo. Ela pede, através destas diretrizes, que a Boa-Nova da Salvação seja anunciada e reanunciada. Que ela encontre eco em cada Igreja Particular pelos planejamentos pastorais. E que toda pessoa batizada, como discípula missionária, assuma o mandato de Jesus Cristo: ‘Ide pelo mundo inteiro e anunciai a Boa-Nova a toda criatura!’ (Mc 16,15).⁷⁵

Portanto, estas diretrizes gerais assumem como objetivo geral:

Evangelizar, a partir de Jesus Cristo, e na força do Espírito Santo, como Igreja discípula, missionária e profética, alimentada pela Palavra de Deus e pela Eucaristia, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, para que todos tenham vida (cf. Jo 10,10), e rumo ao Reino definitivo.⁷⁶

Este documento 94 traz muito das riquezas da conferência de Aparecida e vai de encontro com a proposta do sínodo dos bispos sobre a Nova Evangelização, ocorrido em outubro de 2012, em Roma.

É curioso notar que as diretrizes de 2011-2015 diminuíram consideravelmente o uso do termo ‘leigo’ e passaram a empregar abundantemente os termos ‘discípulo’ e ‘missionário’. Isso não significa que a Igreja esteja desconsiderando o ministério laical. Pelo contrário, isso pode significar uma natural inclusão de todo batizado, convidado a ser discípulo missionário, na missão evangelizadora da Igreja.

⁷⁴ Id., p. 10.

⁷⁵ Cf. Id., p. 11.

⁷⁶ Id., p. 7.

Em consonância com Aparecida, as diretrizes gerais 2011-2015 dizem que para uma Igreja ser comunidade de comunidades é imprescindível o empenho por uma efetiva participação de todos nos destinos da comunidade, pela diversidade de carismas, serviços e ministérios.⁷⁷

Para que isso se transforme em realidade é necessário acolher a diversidade ministerial, na quais todos, trabalhando em comunhão, manifestam a única Igreja de Cristo, sejam eles leigos e leigas e ministros ordenados.⁷⁸ A Igreja, mais uma vez, interpela aos padres abrirem espaços para os leigos e confiar-lhes ministérios e responsabilidades. O documento 94 também valoriza as vocações laicais, principalmente as que brotam do matrimônio e reafirma que a missão fundamental dos leigos é a presença e o testemunho na sociedade e na profissão.⁷⁹

CONCLUSÃO

Enfim, segundo as diretrizes da ação evangelizadora do Brasil, nos últimos anos, o ministério laical no seio da Igreja tem sido fundamentado no exercício do tríplice múnus recebido no batismo: ministério da Palavra, ministério da liturgia, ministério da caridade.⁸⁰

A vivência do tríplice múnus vocação, carisma e missão de cada batizado, conforme as Diretrizes da Ação Evangelizadora no Brasil tem indicado nos últimos tempos, se dá no âmbito da pessoa, no âmbito da comunidade, no âmbito da sociedade.⁸¹

A diversidade de dons e carismas na unidade orgânica faz com que a Igreja descubra e integre os talentos que o Espírito presenteia aos fiéis, sejam eles leigos ou ministros ordenados.

Vocação, carisma e missão constituem aspectos fundamentais da teologia do laicato. Desta forma, esses elementos estão presentes nos diversos documentos pastorais da Igreja do Brasil, desde o Plano de Emergência,

⁷⁷ Cf. CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. Doc. 94, n. 104. op.cit. p. 79.

⁷⁸ Cf. Id., n. 104a, p. 80.

⁷⁹ Cf. Ibidem.

⁸⁰ Cf. Id., n. 129, p. 95.

⁸¹ Id., n. 130, p. 96.

passando pelos Planos da Pastoral de Conjunto, chegando até as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora.

BIBLIOGRAFIA

- BOFF, L.; BOFF, C. *Cómo hacer teología de la liberación*. Madrid: Paulinas, 1986.
- Boletim da ACB*. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 6/7, 1962.
- CNBB. *Plano de Emergência*. Rio de Janeiro, 1962.
- _____. *Documento Pastoral de Brasília*. 1970.
- _____. *Leigos na XI Assembleia*. 1970.
- _____. *Comunidade Mensal*, n. 1. Brasília, 1974.
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*. 1983-1986. Doc. 28. São Paulo: Paulinas, 1984.
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*. 1987-1990. Doc. 38. São Paulo: Paulinas, 1987.
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*. 1991-1994. Doc. 45. São Paulo: Paulinas, 1991.
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. 1995-1998. Doc. 54. São Paulo: Paulinas, 1995.
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil*. 1999-2002. Doc. 61. São Paulo: Paulinas, 1999.
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil*. 2003-2006. Doc. 71. São Paulo: Paulinas, 2003.
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. 2008-2010. Doc. 87. São Paulo: Paulinas, 2008.
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil*. 2011-2015. Doc. 94. São Paulo: Paulinas, 2011.
- _____. *Leigos e participação na Igreja: reflexão sobre a caminhada da Igreja no Brasil*. (Estudos da CNBB, 45). São Paulo: Paulinas, 1986.
- _____. *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*. Doc. 62. São Paulo: Paulinas, 1999.
- _____. *Plano de Emergência para a Igreja no Brasil*. Cadernos da CNBB n. 1 – 1963. Doc. 76. Paulinas: São Paulo, 2004.
- _____. *Plano de Pastoral de Conjunto*. 1966-1970. Doc. 77. Paulinas: São Paulo, 2004.
- _____. *Igreja particular, movimentos eclesiais e novas comunidades*. Subsídios n. 03. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

Compêndio do Vaticano II. Constituições, Decretos, Declarações. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1968.

Comunicado Mensal. Brasília: [s.n.], n. 450, 1991.

Concilium. Paris: Beauchesne, n. 3, 1965.

DOCUMENTO DE APARECIDA. São Paulo: Paulinas, 2007.

DOCUMENTO DE MEDELLÍN, n. 10. São Paulo: Paulinas, 1979.

DOCUMENTO DE PUEBLA. São Paulo: Paulinas, 1979.

DOCUMENTO DE SANTO DOMINGO, n. 97. São Paulo: Paulinas, 1992.

FURTER, P. *Educação e vida*. Petrópolis: Vozes, 1968.

GOMES DE SOUZA, J. A. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

JOÃO PAULO II, Papa. *Christifideles Laici: sobre vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo*. (Documentos Pontifícios; v. 225). Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. *Ecclesia in America: sobre o encontro com Jesus Cristo vivo, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América*. São Paulo: Paulinas, 1999.

_____. *Redemptoris Missio: a validade permanente do mandato missionário*. São Paulo: Paulinas, 1991.

_____. *Tertio Millennio Adveniente: sobre a preparação para o ano 2000*. São Paulo: Paulinas, 1994.

KUZMA, C. *Leigos e leigas: força e esperança da Igreja no mundo*. São Paulo: Paulus, 2009.

REB. Petrópolis: Vozes, v. 39, n. 153, p. 43-63, [mar.] 1979.

_____. Petrópolis: Vozes, v. 48, n. 192, p. 771-805, [dez.] 1988.

_____. Petrópolis: Vozes, v. 49, n. 194, p. 409-411, [jun.] 1989.

SCHILLEBEECKX, E. *La mission de l'Église*. Bruxelas: CEP, 1969.